

A ASSUNÇÃO DO RISCO

Luiz Carlos Migliozi Ferreira de Mello (UEL/PUC-SP)

O ACIDENTE NA SEMIÓTICA

A finalidade deste artigo é apresentar o regime de acidente como forma de interação, proposto por Eric Landowski (CNRS/Paris) em seu *Interactions risquées* (2005). Faz-se também uma aproximação dessa abordagem landowskiniana com a Teoria da Imprevisão aplicada ao Direito dos Contratos em que se discutem dois princípios básicos: *pacta sunt servanda* e *rebus sic stantibus*. O objetivo agora é identificar pontos de convergência ou de divergência entre as duas propostas metodológicas: de um lado, o acidente na Semiótica e, de outro, a Teoria da Imprevisão do Direito.

Ao propor o regime do acidente como forma de interação, Landowski abre mais um caminho a ser percorrido, um novo desdobramento da sintaxe narrativa e discursiva da Semiótica. Nesse livro, Landowski verifica uma possível relação entre acontecimentos resultantes do acaso e as implicações disso para as interações entre sujeitos. Com base nesse encaminhamento, ele discute como a “imprevisibilidade” pode determinar significações e interações.

Faz-se necessário conceituar o termo acidente antes de dar continuidade à apresentação desse novo regime de interação. O dicionário *Aurélien* define-o como um “acontecimento casual, fortuito, imprevisto”. O dicionário *Houaiss* acrescenta ainda o lexema “inesperado” à definição do *Aurélien* e explica: “qualquer acontecimento, desagradável ou infeliz, que envolva dano, perda, lesão, sofrimento ou morte”. A bem da verdade, o termo acidente caracteriza apenas a nomenclatura de uma grande categoria da qual decorrem inúmeras outras “subcategorias”, tais como acidentes ambientais, domésticos, de trabalho, de trânsito e assim por diante.

O princípio fundador do regime do acidente, afirma Landowski, é o “elemento aleatório”, manifestado pela figura do “acaso” e, por consequência, do risco. Este não possui regularidade ou, pelo menos, esta não é conhecida. Explica Landowski que o acaso ainda não tem uma competência definível dentro do quadro teórico da Semiótica, nem de ordem modal nem de ordem estética. Do ponto de vista modal, isso significa que ele não é motivado, isto é, ele age sem razão. Se existe nele uma intencionalidade, esta não é conhecida. Do ponto de vista estético, o acaso é indeterminado, não possui corpo; não é, portanto, da ordem do sensível.

Não obstante, o acaso determina acontecimentos (*performance*) ou, de maneira mais precisa, o acaso determina os acidentes. Logo, é lícito supor, então, que ele, de alguma forma, contribui para o desenvolvimento de um percurso narrativo. Como a ocorrência do acidente não obedece a uma ordem preestabelecida nem a um percurso sistemático e programado, previsível, a natureza do papel desempenhado pelo acaso não é temática, mas “catastrófica”.

A imprevisibilidade pode caracterizar diferentes tipos de acidente. O desafio do analista do discurso é tentar estabelecer determinados padrões, tentar perceber uma ordenação mediante o caos aparente. É isso que um juiz de Direito faz (ou deveria fazer) para determinar os sujeitos envolvidos e o tipo de participação de cada um na realização do acidente com a finalidade de apurar responsabilidades sobre o ocorrido ou para chegar à conclusão de que não houve nenhum responsável pelo acidente ocorrido.

Os demais regimes de interação (a programação, a manipulação e o ajustamento¹), cujos princípios definem a regularidade, a intencionalidade e a sensibilidade, também apresentam riscos, ou melhor, *graus de risco*, porque a relação estabelecida entre os sujeitos, mesmo que numa possibilidade remota, pode ter resultados inesperados. No regime do acidente, os riscos aparecem em intensidade maior do que nos outros regimes. Na programação, por exemplo, o risco é quase nulo; trata-se do campo da segurança. Na manipulação, os riscos são limitados, são, portanto, maiores do que na programação. Já o ajustamento caracteriza-se pela insegurança da relação. E, finalmente, o acidente, que se caracteriza pela total falta de segurança, é risco puro. Landowski explica, ainda, que a

¹ Para aprofundamento sobre estes outros regimes de interação, cf. especialmente *Passions sans nom*, de Eric Landowski (2004) ou um artigo publicado nesse mesmo meio intitulado “Interações objetual e subjetual”.

programação e a manipulação caracterizam *prudência* nas interações, enquanto que o ajustamento e o acidente configuram-se como *aventura*.

Landowski (2005, p. 70) diz que há duas formas de risco: aquele resultante de uma “probabilidade matemática” e aquele resultante de uma “probabilidade mítica”. No primeiro caso, tem-se o *acaso* como fenômeno “imane e vazio de sentido”. Por isso mesmo, o risco é percebível apenas enquanto probabilidade matemática calculável a partir de manifestações supostas, como o “ganhar na loteria”, por exemplo. No segundo caso, o risco está vinculado à *fatalidade*, que é um fenômeno “transcendente e impenetrável”, como uma catástrofe natural.

Quanto à natureza dos papéis desenvolvidos pelos regimes de interação, Landowski explica que, na programação, o papel é temático; na manipulação, de competência modal; no ajustamento, de competência estésica; e no acidente, catastrófico.

Os regimes de interação, quando bem-sucedidos, levam o outro a um fazer. A manipulação leva a um *fazer querer* (*faire vouloir*), o ajustamento, a um *fazer sentir* (*faire sentir*), a programação, a um *fazer advir* (*faire advenir*) e no acidente, a um *fazer sobrevir* (*faire survenir*). Nos dois primeiros casos (manipulação e ajustamento), a interação leva a um *fazer-fazer*. Já nos dois últimos casos (programação e acidente), chega-se ao *fazer-ser*.

Contudo, em cada um desses regimes, há também “riscos assumidos” em razão da fragilidade possível da interação que envolve os sujeitos. Esses riscos assumidos vão de um extremo da escala ao outro. Na programação, por exemplo, o risco é quase nulo, é o campo da segurança. Na manipulação, os riscos são limitados, portanto maiores do que na programação. Já o ajustamento caracteriza-se pela insegurança da relação. E, finalmente, o acidente, que se caracteriza pela total falta de segurança: é risco puro. Landowski explica ainda que a programação e a manipulação caracterizam *prudência* nas interações, enquanto que o ajustamento e o acidente notabilizam-se pela *aventura*.

Como se evidenciou, na conceituação de acidente, aparecem alguns lexemas como a imprevisibilidade, o acaso e o risco. Torna-se necessário verificar como estes elementos são significados e assumidos na área jurídica, como em jurisprudência, em processos civis ou criminais, em contratos, etc. Em outras palavras, é preciso verificar como o Direito atribui responsabilidade pela imprevisibilidade, pelo acaso, pelo risco e pelo acidente. Uma maneira possível de fazer isso é analisar dois princípios fundantes da Teoria dos Contratos, *pacta sunt servanda* e *rebus sic stantibus*. Como se verá na sequência, na Teoria da Imprevisão, fala-se em revisão de contratos por motivo de “força maior” ou em “casos fortuitos”. Estes elementos extracontratuais, como se detalhará à frente, acabam por alterar ou até mesmo extinguir contratos. O fato é que, no cerne dos “casos fortuitos” e da “força maior” pode aparecer o acidente. Obviamente, nem todas as situações de caso fortuito ou de força maior configurará o acidente, tal como concebido por Landowski. Porém, todo acidente nasce de um caso fortuito ou de força maior. Justifica-se, pois, dessa forma, a abordagem do princípio *pacta sunt servanda* e *rebus sic stantibus* neste trabalho.

Pacta Sunt Servanda versus Rebus Sic Stantibus

Direito é linguagem pura! Ele nasce de homens para homens: não há, pois, como não ser polêmico. Como a concepção de mundo que se tem vai-se alterando com o decorrer dos tempos, o Direito vai-se ajustando a essa nova realidade social, a esse novo espírito jurídico. Como consequência, o Direito é sempre relativo, dinâmico e questionável: o que não era, agora é. Isso se torna particularmente evidente no Direito das Obrigações, sobretudo no Direito dos Contratos, já que ali é possível criar, modificar e até mesmo extinguir direitos e obrigações jurídicas.

Cabe, antes de adentrar no Direito das Obrigações Contratuais, definir o conceito de contrato. Para isso, recorre-se ao *Tratado teórico e prático dos contratos*, de Maria Helena Diniz. Segundo a autora (1996, p. 11), o contrato pode ser definido como “o acordo de duas ou mais vontades, na conformidade da ordem jurídica, destinado a estabelecer uma regulamentação de interesse entre as partes, com o escopo de adquirir, modificar ou extinguir relações jurídicas de natureza patrimonial”.

A Teoria Geral dos Contratos causa polêmica, dentre outras coisas, em razão de dois princípios norteadores que, à primeira vista, são contraditórios. De um lado, há os defensores do princípio *pacta sunt servanda* (“os pactos devem ser mantidos”) e, de outro, aqueles que se identificam com o princípio *rebus sic stantibus* (“estando as coisas assim”).

O princípio fundante contido em *pacta sunt servanda* é que os contratos existem na sociedade para serem mantidos independentemente das condições extracontratuais futuras. Há nesse princípio uma *força obrigatória* estabelecida pelas próprias partes envolvidas no contrato, portanto suas cláusulas tornam-se leis. Orlando Gomes em seu *Contratos* (1998, p. 36) afirma que os contratos devem ser mantidos “com observância de todos os pressupostos e requisitos necessários à sua validade, devem ser executados pelas partes como se suas cláusulas fossem preceitos legais imperativos.” Corrobora esse conceito Maria Helena Diniz em seu *Tratado Teórico e Prático dos Contratos* (1996, p.63), ao afirmar que os contratos, “uma vez concluídos livremente, incorporam-se ao ordenamento jurídico, constituindo uma verdadeira norma de direito”.

Se, por um lado, o princípio *pacta sunt servanda* obriga as partes a honrarem o contrato estabelecido, independentemente das situações adversas futuras não previstas no contrato, não se podem perder de vista certos princípios gerais do Direito (como da Boa-fé, da Legalidade, da Igualdade, dentre tantos outros), cuja finalidade é criar um ordenamento social estável e harmônico. Com isso, a despeito do espírito jurídico contido em *pacta sunt servanda*, a obrigatoriedade de manutenção das cláusulas contratuais pode não ser absoluta. É quando surge um outro princípio: *rebus sic stantibus*.

A expressão latina *rebus sic stantibus* está vinculada ao princípio da imprevisão, que mostra que as bases de um contrato podem ser revistas e reformuladas, caso haja a ocorrência de um fato imprevisto e imprevisível depois de firmado o contrato entre as partes, acarretando uma carga de onerosidade excessiva e injusta. A esse respeito, Maria Helena Diniz (2003, p. 336) explica:

A onerosidade excessiva, oriunda de acontecimento extraordinário e imprevisível, que dificulta o adimplemento da obrigação de uma das partes, é, agora, motivo legal de resolução contratual, por se considerar subentendida a cláusula *rebus sic stantibus*, que corresponde à fórmula de que, nos contratos de trato sucessivo ou a termo, o vínculo obrigatório ficará subordinado, a todo tempo, ao estado de fato vigente à época de sua estipulação.

Percebe-se, na verdade, que a cláusula *rebus sic stantibus* estabelece uma relativização da cláusula *pacta sunt servanda*, que é excessivamente radical, inflexível. O apelo aos princípios *rebus sic stantibus* é convocado quando do aparecimento do “caso fortuito” ou da “força maior”, depois de firmado o contrato entre as partes.

Arnaldo Goldemberg publica o artigo intitulado “A Teoria da imprevisão no Direito do Trabalho – Cláusula ínsita *rebus sic stantibus*” na Página Jurídica da Universidade Veiga de Almeida do Rio de Janeiro² em que ele explica que a força maior decorre de atos humanos e que o caso fortuito, de fenômenos naturais. Salienta, ainda, que Cunha Gonçalves, Valentin Carrion e Mozart Victor Russomano não fazem esta distinção. Para estes, tanto o caso fortuito como a força maior podem se originar de fenômenos naturais ou de atos humanos, privados ou não.

Goldemberg explica, ainda, que o caso fortuito e a força maior sempre estão atrelados à idéia de acidente e é justamente a imprevisibilidade, característica própria do acidente, que desonera a parte prejudicada da responsabilidade pelo contrato outrora estabelecido:

No caso fortuito e na força maior há sempre um acidente que produz prejuízo. Na força maior conhece-se a causa que dá origem ao evento, pois se trata de um fato da natureza, como, p. ex., raio que provoca incêndio; inundação que danifica produtos; geada que estraga a lavoura, implicando uma idéia de relatividade, já que a força do acontecimento é maior do que a suposta, devendo-se fazer uma consideração prévia do estado do sujeito e das circunstância espaço-temporais, para que se caracterize como eficácia liberatória de responsabilidade civil.

Maria Helena Diniz (1996b, p. 80), em seu *Curso de Direito Civil Brasileiro*, corrobora o mesmo pensamento acima, isto é, vincula o caso fortuito e a força maior a acidentes, desonerando uma das partes do ônus excessivo do contrato devido à imprevisibilidade do fato:

² No artigo, publicado na página eletrônica do sítio eletrônico da Universidade, não há referência ao ano em que o artigo foi elaborado ou posto em circulação na Web. Também não há a marcação dos números das páginas do artigo. Contudo, o artigo pode ser recuperado na íntegra pelo seguinte endereço eletrônico: http://www.uva.br/icj/artigos_de_professores/Teor_%20Impr_%20Dire_%20Trab.htm

No caso fortuito (RT, 431:74, 346:336, 356:522, 399:370, 453:92) o acidente que gera o dano advém de: (1) causa desconhecida, como o cabo elétrico aéreo que se rompe e cai sobre fios telefônicos, causando incêndio, a explosão de caldeira de usina, ou a quebra de peça de máquina em funcionamento provocando morte; ou (2) fato de terceiro como greve, motim, mudança de governo, colocação do bem fora do comércio, que cause graves acidentes ou danos devido à impossibilidade do cumprimento de certas obrigações. Sendo absoluto, por ser totalmente imprevisível ou irreconhecível com alguma diligência, de modo que não se poderia cogitar da responsabilidade do sujeito, acarreta das obrigações, salvo se se convencionou pagá-los ou se a lei lhe impõe esse dever, como nos casos de responsabilidade objetiva.

Goldemberg, no referido artigo, lista cinco fatores a partir dos quais a teoria da imprevisão pode ser evocada. São eles:

A aplicação da teoria da imprevisão depende da co-existência de (a) fato superveniente; (b) imprevisibilidade; (c) irresistibilidade; (d) inexistência de concurso direto ou indireto no acontecimento e (e) o desequilíbrio econômico-financeiro de um dos contratantes.

O autor também menciona que o Código de Defesa do Consumidor, originado pela Lei nº. 8.078/90, deixa claro que deve haver uma supremacia do poder público em relação a contratos considerados abusivos. Elenca alguns artigos (51, 52, e 53) que, se violados, podem anular o contrato contraído. Com isso, fica claro o papel desempenhado pelo Poder Público no sentido de vigiar e impedir abusos, “mantendo a salvo os hipossuficientes de abusos de poder e buscando o equilíbrio social.”

Segue agora o artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor, que torna bastante evidente o princípio *rebus sic stantibus*:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...]

V – a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.

No Código Civil brasileiro, o mesmo princípio faz-se presente, com a finalidade de manter a ordem social, impedindo o abuso de poder na sociedade:

Da Resolução por Onerosidade Excessiva: Art. 478. Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da citação. Art. 479. A resolução poderá ser evitada, oferecendo-se o réu a modificar equitativamente as condições do contrato. Art. 480. Se no contrato as obrigações couberem a apenas uma das partes, poderá ela pleitear que a sua prestação seja reduzida, ou alterado o modo de executá-la, a fim de evitar a onerosidade excessiva.

É preciso que se esclareça que a onerosidade excessiva do contrato, necessário para se convocar o princípio *rebus sic stantibus* deve ser, de fato excessiva de modo a provocar um desequilíbrio financeiro do contrato para uma das partes, como afirma Goldemberg:

Não se trata de qualquer onerosidade excessiva. Deve ser a superveniente e decorrente de acontecimento extraordinário e imprevisível. O desequilíbrio contratual que acarrete onerosidade excessiva deve assim considerado em relação às condições do ajuste no momento da celebração do contrato. A prestação de uma das partes não deve “se tornar” excessivamente onerosa. Se o contrato já nasceu nesta condição, a aplicação da teoria de imprevisão não terá lugar.

O ACIDENTE NA SEMIÓTICA E A TEORIA DA IMPREVISÃO

A base argumentativa para apoiar o princípio *pacta sunt servanda* é que os riscos estão no presente, no momento em que o contrato foi firmado. Contudo, a existência do risco é algo imaterial.

Pode-se até imaginá-lo, mas ele não existe de forma corpórea, tangenciável. O risco é simplesmente a *potencialização* de um acidente, que pode nem mesmo vir a ocorrer. Por isso mesmo, o risco pode não ser percebido ou concebido pelos actantes, sobretudo por aqueles que se caracterizam pelo *não saber*, e, no nível discursivo, concretizam-se no indivíduo hiposuficiente de que trata o Direito. No entanto, o risco pode levar a consequências catastróficas (*performance*), materializadas em um acidente, seja ele motivado pelo acaso ou pela força maior, como diriam os juristas, seja ele uma probabilidade mítica ou matemática, com diria Landowski.

A base argumentativa para apoiar o princípio *rebus sic stantibus* é a boa fé e a igualdade do cidadão. Com isso, pode-se inferir que, se o actante tivesse sido modalizado pelo *saber*, isto é, se ele soubesse que aqueles riscos assumidos poderiam levá-lo ao não- cumprimento do seu contrato fiduciário, ele teria agido diferentemente, no sentido de preservar sua imagem perante a sociedade, honrando o compromisso assumido e realizando a sua *performance*. Logo, ele não pode ser responsabilizado por algo que não sabia. Também não pode ser sancionado por não ter realizado uma *performance*, se ele é caracterizado como um sujeito virtual. Também não pode ser punido por um acontecimento (*performance*) que ocorreu de forma não-motivada ou, como diria Landowski, “sem sentido”.

Como se percebe, do ponto de vista epistemológico, o acidente, o acaso, o risco desempenham funções modais, participam de um percurso narrativo e caracterizam os actantes. De acordo com a assunção do elemento aleatório, manifestado pela figura do acaso e, por consequência, do risco, os actantes podem ser prudentes, imprudentes, ignorantes, sábios, peritos, imperitos, negligentes etc. Não obstante essa diversidade na caracterização dos actantes, que assumem compromissos contratuais, o fundamento subjacentes em *rebus sic stantibus* é que eles devem ser considerados como iguais (princípio constitucional) pela justiça.

Em tudo isso está o princípio da moralização da sociedade, manifestada pelos princípios da justiça, tão almejado pelo Direito. Esse fundamento encontra-se tanto no princípio *pacta sunt servanda* como no *rebus sic stantibus*. Se o primeiro é excessivamente radical, inflexível, o segundo surge para relativizá-lo, para ser a sua excessão. É na busca desse equilíbrio social que está o processo de moralização da sociedade.

Essa noção de moralização ou de ordenamento social justo, coerente e equânime pode ser percebido em vários momentos ao longo da discussão sobre a revisão dos contratos, como na afirmação de César Fiúza (s/d p. 5):

A vinculatividade contratual se explica muito mais pelo relevo social da situação objetivamente criada pelas partes do que propriamente por sua vontade exclusiva, seja ela buscada em sua realidade subjetiva ou objetiva. [...] Vários novos princípios se engendraram pela moderna doutrina, atendendo aos novos tempos. A principiologia contratual se desenvolve, pois, radicalmente, centrando-se na teoria preceptiva, nos princípios da auto-responsabilidade e da confiança. Surgem, com pleno vigor, os princípios da boa-fé e da justiça contratual.

Essa mesma premissa pode ser percebida também na declaração de Arnaldo Godemberg no artigo mencionado acima: “A supremacia do interesse público importa na vedação de ajustes contrários à moral, à ordem pública e aos bons costumes. A celebração do contrato deve respeitar os ditames da ordem pública, da segurança da coletividade, do equilíbrio patrimonial e do bem comum.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência do princípio *pacta sunt servanda* e *rebus sic stantibus* aponta para necessidade de olhar para além do contrato. Faz-se necessário analisar as condições sócioeconômicas vigentes quando o contrato foi firmado e também no momento da rusga. Nesse sentido, a chamada interpretação literal da lei, como atividade fim, não tem mais razão de ser. Ser um intérprete da lei é antes de tudo ser um intérprete das condições sociais em que o contrato foi firmado.

E é justamente por isso que se afirmou anteriormente que, num primeiro momento, os dois princípios (*pacta sunt servanda* e *rebus sic stantibus*) parecem antagônicos, mas não o são. Há neles um único princípio fundante: a *moralização da sociedade*. No primeiro caso, a imanência do texto

aponta para a necessidade de criar mecanismos que preservem a vontade e a liberdade dos actantes. É preciso, pois, que as instituições jurídicas tenham credibilidade na sociedade. Sem isso, não haverá ordenamento social justo e coerente. No segundo caso, com a mesma finalidade de estabelecer e manter um ordenamento social justo e coerente, faz-se necessário prever, ou ao menos considerar, a imprevisibilidade, que pode desequilibrar a ordem social estabelecida.

Como se percebe, tanto o princípio *pacta sunt servanda* como *rebus sic stantibus* buscam criar mecanismos jurídicos para preservar a ordem social, prevista no princípio da igualdade social tão referida na Constituição. Dito de outro modo, a fragilidade não pode sucumbir ao poder nem tampouco a liberdade sobrepor-se à opressão. Os interesses particulares ou de poucos não devem sobrepor-se aos interesses coletivos. Eis os fundamentos de uma regulação social ou, como se disse, de uma moralização da sociedade. Contudo, não se pode perder de vista que as obrigações contratuais aferidas são a regra e que a imprevisão é a exceção.

Como se dá a perceber, o cruzamento destas duas áreas do conhecimento, Semiótica e Direito, é bastante profícuo e promissor. Com o regime do acidente desenvolvido por Landowski, a relação entre elas parece estreitar-se ainda mais, já que o Direito, por ofício, trabalha com acidentes. Crê-se que o potencial analítico da Semiótica possa trazer contribuições fundamentais ao Direito e vice-versa.

Há muita pesquisa ainda a ser desenvolvida no que tange ao modelo apresentado por Landowski, especialmente em relação ao regime do acidente. No Brasil, por exemplo, não há pesquisas em torno do acidente a partir de uma base teórica semiótica. Aliás, o material teórico existente sobre o assunto é apenas o livro *Les interactions risquées* do próprio Landowski, que precisa ser importado para chegar ao Brasil.

Em outras áreas do conhecimento, o acidente é mais bem trabalhado – como, por exemplo, no Direito. A aproximação entre essas duas áreas é salutar para ambas e, certamente, contribuirá para o aprofundamento teórico sobre o regime do acidente na Semiótica.

REFERÊNCIAS

- Código de Defesa do Consumidor* – Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078.htm
- Código Civil* – Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/2002/L10406.htm>
- Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Editora Objetiva Ltda. Versão 1.0 de Dez de 2001.
- DINIZ, Maria Helena. *Tratado Teórico e Prático dos Contratos*; Saraiva, SP, 1996a.
- _____. *Curso de Direito Civil Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 10ª edição, 1996b.
- _____. *Código Civil anotado*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FIÚZA, César. Aplicação da cláusula *rebus sic stantibus* aos contratos aleatórios. In: http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ril/Pdf/pdf_144/r144-01.PDF Acesso em 17/02/2009.
- GOLDEMBERG, Arnaldo. A Teoria da Imprevisão no Direito do Trabalho - cláusula ínsita *rebus sic stantibus*. In: http://www.uva.br/icj/artigos_de_professores/Teor_%20Impr_%20Dire_%20Trab.htm Acesso em 10/02/2009.
- GOMES, Orlando. *Contratos*. 18ª ed, Forense, Rio, 1998, p. 36.
- LANDOWSKI, Eric. *Passions sans nom*. Paris: PUF, 2004.
- _____. *Les interactions risquées*. Limoges: Pulim, 2005.